MOÇAS DE FAMÍLIA: GÊNERO E RELAÇÕES DE PARENTESCO[1]

Michele ESCOURA[2]

RESUMO

No decorrer do século XX o movimento feminista atingiu muitas de suas maiores conquistas. No entanto, por mais que alguns valores e comportamentos sociais tenham se alterado, outros permaneceram irredutíveis. Dentre esses, um em especial é nesse trabalho discutido: a perpetuação da "moça de família". Partindo de orientações metodológicas da História Oral, procurei investigar como mecanismos culturais operam no processo de socialização de um indivíduo, principalmente, buscando compreender em que medida a educação familiar contribui para a constituição de uma identidade de gênero. Por meio das memórias colhidas em entrevistas de mulheres de uma família (X), pude traçar um perfil comum entre todas elas: as mulheres da família X são "moças de família", dispostas a seguirem rígidas normas comportamentais para atingirem seus sonhos românticos, uma vez que quanto mais elas se assemelharem com o ideal de feminilidade, estabelecido socialmente, maiores serão as chances de encontrarem um *príncipe encantado* e fazer um *bom casamento*, analogamente ao clássico conto da Cinderela.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Feminismo. Família.

Introdução

Durante o processo revolucionário francês de 1789, a militante Olympe de Gouges, indignada com a subalternação feminina em sua sociedade e sob a perspectiva de que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de fato só contemplava os homens, dedicou-se em defender os direitos das mulheres, elaborando a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.

Olympe foi ridicularizada e contraditoriamente ao clima de "igualdade", "liberdade" e "fraternidade" que pairava na França, em 7 de novembro de 1793, foi julgada e guilhotinada pelo tribunal revolucionário, sob a acusação de se imiscuir "nos assuntos da República, esquecendo-se das virtudes de seu sexo" (TELES, 2006, p. 19). Olympe transformou-se em referência primordial dentre reivindicações e reivindicadoras feministas de nossa sociedade, um grande marco de nossa história – ao menos da História das Mulheres. O movimento feminista, tão bem representado por ela já em 1789, desembocou no que o historiador Eric Hobsbawm considerou, séculos mais tarde, como a grande revolução cultural do século XX. Segundo ele, a revolução sexual gerou

[1] Este texto é fruto de uma pesquisa em História Oral realizada conjuntamente com o Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira .

[2] Graduanda do 4º ano de Ciências Sociais pela UNESP - Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências – 17525-900 – Marília, SP. E-mail: michele_escoura@yahoo.com.br

> [...] uma profunda, e muitas vezes súbita, revolução moral e cultural, uma dramática transformação das convenções de comportamento social e pessoal. As mulheres foram cruciais nessa revolução cultural, que girou em torno das mudanças na família tradicional e nas atividades domésticas – e nelas encontraram expressão – de que as mulheres sempre tinham sido o elemento central. (HOBSBAWM, 1995, p.313).

As ações produzidas pelo movimento feminista, nesse período, transformaram as estruturas da sociedade ocidental: provocando modificações não só num sistema jurídico, mas também numa complexa teia de significações culturais, as mulheres no século XX, enfim, conquistaram seus espaços.

Foi, também, durante esse século que as brasileiras alcançaram algum reconhecimento na esfera pública, através do direito ao voto e a ampliação de sua atuação no mercado de trabalho e, também, no ambiente privado ao adquirirem o direito de divorciarem-se e maior proteção legal frente às violências sofridas na esfera privada, trazida principalmente pela Lei Maria da Penha.

Essa lei, sancionada em 7 de Agosto de 2006, foi assim batizada em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes. Agredida durante seis anos por seu marido, Maria da Penha sofreu duas tentativas de homicídio – sendo uma com arma de fogo (que a deixou paraplégica) e outra por eletrocução – e só assistiu a punição de seu agressor 19 anos mais tarde depois de recorrer a órgãos internacionais de proteção aos Direitos Humanos. A instituição dessa lei representou a vitória de uma reivindicação há muito trazida pelo movimento feminista: fez com que o Estado reconhecesse no campo público e jurídico um problema social que as mulheres enfrentavam, sozinhas, no ambiente doméstico.

Entretanto, por mais que legalmente tal conquista é afirmada, a lei, em si, não muito pode fazer contra uma visão de mundo enraizada numa cultura que, de modo geral, desvaloriza a mulher e o que é considerado *feminino*. A exemplo disso cabe lembrar a ação de Edílson Rumbelsperger Rodrigues, um juiz de Sete Lagoas (MG), que se recusou a conceder os direitos devidos às mulheres vítimas de violência doméstica alegando que se "a desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher, todos nós sabemos, mas também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem"[3], a Lei Maria da Penha, ao coibir a agressão, tornaria o homem tolo.

Desse modo, por mais que sejam inegáveis as transformações ocorridas no século XX em relação às condições femininas, vale ressaltar que as desigualdades existentes entre homens e mulheres não foram, ainda, totalmente eliminadas. Nas palavras de Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro:

[3] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u338430.shtml

> Se a cidadania pode ser pensada como o "direito de ter direitos", ou seja, como igualdade e como eliminação de formas de hierarquias relacionadas ao "natural", não podemos, ainda, considerar que o século XX tenha fornecido às mulheres a plena cidadania. Mas devemos reconhecer que algumas conquistas foram efetivadas. (PINSKY e PEDRO, 2003, p. 294).

Objetivos

Diante do contexto acima apresentado, o presente trabalho visa realizar uma reflexão acerca de heranças culturais que podem ser percebidas entre diversas gerações de uma mesma família e que, no fundo, são fundamentais na constituição de uma identidade. Cultura é aqui entendido como

> [...] modo de ver o mundo; as apreciações de ordem moral e valorativa; os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma *herança cultural*, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura. (LARAIA, 2005, p.68, grifo nosso).

Toma-se como ponto de partida a discussão teórica sobre a questão de gênero e algumas inquietações pessoais que envolvem, principalmente, a formação de minha própria identidade. Entende-se gênero como um complexo operador social e simbólico que, a partir de diferenças percebidas – culturalmente[4] – entre os sexos, elabora um conjunto de regras, hierarquias e signos que orientam as relações humanas. Nas palavras de Scott:

> Freqüentemente a ênfase posta sobre o gênero não é explícita, mas ele não deixa de ser uma dimensão decisiva da organização e da desigualdade. As estruturas hierárquicas repousam sobre percepções generalizadas da relação pretensamente natural entre masculino e feminino. [...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1990, pp.14 – 18).

Desse modo, seríamos todas(os)[5], desde os primórdios de nossa existência, socializadas(os) de uma forma a adequar nossa *identidade de gênero* ao nosso sexo "biológico": operacionalizando os diversos mecanismos de diferenciações entre o sexo e o

[4] Ressalto aqui a contribuição de Henrietta Moore para a teorização do Gênero na Antropologia, quando a autora demonstra que não somente o gênero é uma construção cultural, como também a própria idéia de natureza na qual ele estaria colado: a noção de Sexo é também construída a partir de leituras culturais. Ver: MOORE, Henrietta. "Understanding sex and gender". In. INGOLD, Tim. *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge, 1997. pp. 813-830.

[5] Meu cunho feminista faz com que eu generalize sempre no gênero gramatical feminino, a fim de demonstrar à(o) leitora(or) a desvalorização da mulher até mesmo em nossa língua.

gênero, construímos nossa identidade (ora feminina, ora masculina) e todas as demais teias de relações sociais que daí derivam. A identidade de gênero seria constituída, como diz Segato (1993), a partir de *como* uma determinada cultura *lê* as diferenças percebidas entre os corpos:

> [...] os seres humanos vivemos no mundo da cultura, onde os fatos não são senão representações e onde o embasamento de toda realidade é a teoria, a cosmologia, a visão de mundo, teriam ainda qualquer dificuldade em entender que o corpo, incluindo os processos que o afetam, não é mais do que um texto a ser preenchido de sentido a partir da perspectiva cultural de uma sociedade, de um grupo dentro dela, de uma categoria social – homens, mulheres, jovens, velhos, etc. – ou até das pessoas particulares; mas que o corpo **per se** nada diz, fora dessas leituras, fora destas tradições cujas magnitudes vão, em verdade, da história universal, da filogênese, até a história de vida individual. O corpo, então, se transforma em texto e seus atributos anatômicos em significantes, na passagem da natureza a cultura. (SEGATO, 1993, p.03).

Se, para mim, é fundamentalmente no ambiente familiar que os mecanismos operadores de uma cultura são ensinados e aprendidos, foi então para essa esfera que me desloquei a fim de encontrar elementos constitutivos de uma identidade de gênero; e se, então, era a constituição de minha própria identidade que estava em questão, foi *revisitando* as mulheres da família X, as mulheres X, que busquei o meu "eu mulher". O objetivo central que mantive durante esse percurso foi, essencialmente, observar (a partir de representações fornecidas em entrevistas com as mulheres X) como estavam dados os padrões constitutivos de uma identidade de gênero que, no fundo, também era minha devido ao laço de proximidade com as mulheres da família X.

Metodologia

Tomando como pressuposto a idéia de que valores e comportamentos sociais, em grande medida, são apreendidos num constante processo de socialização, busquei encontrar, nas mulheres X, aqueles que visivelmente foram passados de mãe para filha, de avó para neta, bisavó para bisneta e que, então, criaria uma ligação comum dentre elas: uma identidade feminina. Contudo, surgiu diante de meu trabalho um problema que há muito desafia pesquisadores não só das Ciências Sociais, mas das Ciências Humanas como um todo: o desafio da proximidade.

O positivismo colocou-nos a utopia da objetividade científica e condicionou toda a produção de conhecimento subseqüente a encarar tal desafio. Opondo-se a rigidez metodológica positivista, Max Weber (1989) defende que a objetividade, tal qual proposta,

seria inatingível pelas ciências humanas (aquelas que trabalham fundamentalmente com os valores culturais, sociais e históricos), uma vez que os fenômenos a serem observados estão submersos em valores socialmente dados e apreendidos. Partindo de uma formação kantiana – na qual a realidade não pode ser conhecida *em si*, mas a partir dos valores que são intrínsecos ao sujeito que a busca conhecer – Weber considera impossível o pesquisador esquivar-se completamente de seus valores, já que é a partir de critérios subjetivos que o pesquisador seleciona seu objeto e elabora suas hipóteses. No entanto, cabe a ele manter na fase propriamente científica da investigação (construção e análise de dados), um maior distanciamento moral e rigor metodológico, a fim de elevar sua *neutralidade* na produção do conhecimento: sustentar a *neutralidade axiológica* é o meio possível pelo qual as ciências humanas podem atingir uma maior objetividade. Desse modo, por mais que a própria escolha e recorte de meu objeto de estudo fossem guiados por valores intrínsecos a mim, procurei ao máximo manter-me neutra frente a eles durante minha investigação.

O presente trabalho construiu-se a partir dos modelos metodológicos da História Oral que, de acordo com Lang (2001), "permite conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que o viveram. [...] visa conhecer *a versão dos agentes*". (LANG, 2001, p. 96, grifo nosso). Foi através dos "relatos de vida" [6] colhidos por entrevistas que pude ter acesso às experiências e auto-percepções das mulheres da família X. A condição de "parente" me atribuiu grande confiança em seus depoimentos, o que além de me colocar um desafio metodológico ainda maior quanto à objetividade científica, me colocou também num grande dilema ético: até onde expor as "jóias de família" a mim confessadas?

As entrevistas foram realizadas entre outubro e novembro de 2007, nas cidades de Bauru, Marília, Pompéia e Jundiaí (no estado de São Paulo), nas respectivas residências das entrevistadas. Iniciava meu roteiro de entrevista a partir da localização das entrevistadas no período histórico em que estava voltado o meu interesse: a *mocidade*; e depois desenvolvia a entrevista - de acordo os acontecimentos mais marcantes em suas vidas – procurando destacar as especificidades de "ser mulher": as relações com os pais, com os irmãos, com o marido, filhos e consigo mesma, com seus sonhos e suas memórias. De todo modo, procurei destacar principalmente as memórias que são no fundo a memória de uma coletividade, mas que são traduzidas e resignificadas por um indivíduo que a viveu, pois "por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda" (BOSI, 1994, p. 333).

[6] Relato de vida: "*é solicitado ao narrador que aborde de modo mais especial, determinados aspectos de sua vida, embora dando a ele total liberdade de exposição"*. (LANG, 2001, p. 97).

Inicialmente, pretendia montar um quebra-cabeça histórico comparando as percepções de mundo congruentes e divergentes entre elas, identificando as permanências e as transformações ocorridas entre as gerações, para assim estabelecer um panorama geral de como era a mulher X. Contudo, no decorrer das entrevistas, fui percebendo que um assunto, em especial, era constantemente elucidado: independentemente das diferenças geracionais, todas elas, sem exceção, alçavam o casamento como o eixo de suas vidas. Não pude fugir ao tema e, a partir de então, direcionei minha análise ao ideal do casamento e às construções sociais e simbólicas que o envolvem, uma vez que tal questão mostrou-se central para *minhas mulheres*.

Nessa análise exclui, propositadamente, as Xs que estariam ligadas a matriarca da família, ou seja a avó, por intermédio de um homem (como é o caso d S e J, que suas ligações com a família X estão dadas a partir de seus pais, JX. e JX respectivamente, quebrando assim a descendência puramente feminina). Elaborei esse recorte guiada principalmente pela idéia de que, para conseguir fazer uma comparação entre as visões de mundo genuinamente femininas, teria que me ater na "linhagem feminina" da família.

Apresento-lhes então:

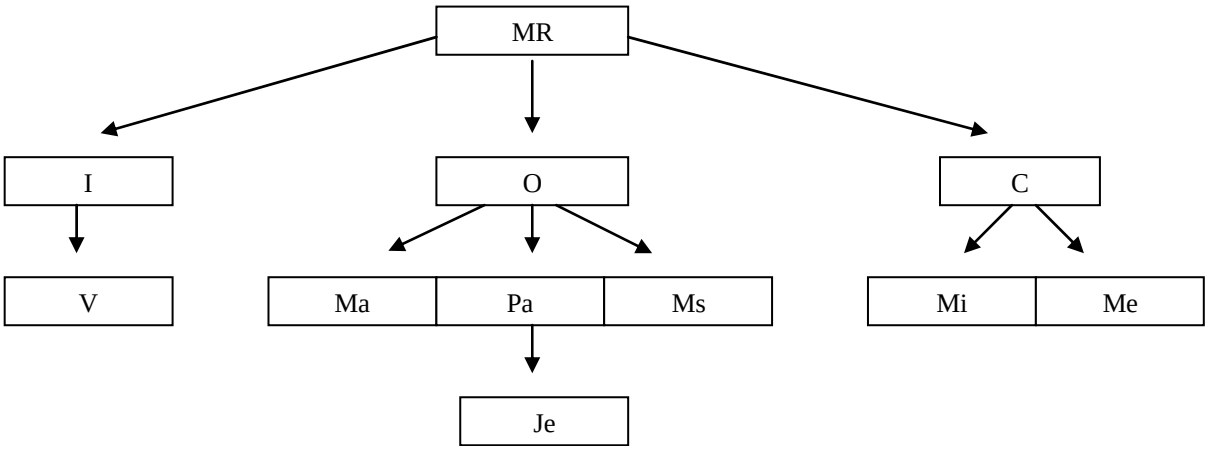

Ilustração 1 - Linhagem feminina da família X.

Resultados da pesquisa e discussão

Chegando a Bauru, estava ansiosa em fazer minha primeira entrevista. Resolvi seguir o máximo possível uma ordem cronológica entre as entrevistadas e, portanto, parti para a grande matriarca da família X: a *vó* MR. Minha mãe já havia se incumbido de telefonar na casa de I. , onde vive também *vó* MR, para avisá-las de minha visita e da proposta de entrevistá-las para um "trabalho de escola". Após café da manhã tomado e notícias familiares atualizadas, fui explicar à entrevistada em que consistia "tal" trabalho. Disse que o professor pedira um trabalho de história e que para fazê-lo, teria que realizar entrevistas. Em alguns segundos ela retrucou: "E se eu não souber responder?".

Percebi minha falha na explicação e a tranqüilizei-a complementando que as perguntas não tinham uma resposta certa, que bastava ela falar do tempo em que era moça e de como era a vida... Mais silêncio. "*Naquele tempo as coisas eram tudo muito difícil. A gente morava no sítio...*".

E foi assim todo o final de semana. *Vó* Mr encontrou em si uma disposição homérica em falar sobre suas memórias que, talvez, nem ela sabia que tinha. Era o momento, enfim, que uma figurante da família (a entrevistadora) pedia – ansiosamente – para contar-lhe sobre sua vida. E ela expôs diante de mim sua história e, pela primeira vez, sem precisar fazer dela um exemplo de "aprenda com os meus erros". Tanto antes como depois da "entrevista oficial", os dois dias de visita se transformaram numa chuva de recordações, de histórias, de fotografias já envelhecidas e comparações com o "mundo de hoje", em seus termos. Um encontro entre avó e neta, passado e presente. Um doce sabor de preciosas memórias.

Nascida em Pirajuí, São Paulo, aos 82 anos, *vó* Mr. iniciou seu relato contando-me como era a "vida no sítio":

> *Ah, Michele, naquele tempo nós morava no sítio e não tinha as vaidade que tem hoje. As cidades era tudo pequena, não tinha asfalto, não tinha calçamento, era tudo terra.* (Mr., 82 anos).

Marcada por uma infância muito pobre, *vó* Mr trouxe a tona recordações de momentos difíceis, no qual tinha ainda o agravante de ser órfã de pai. A devoção por sua mãe, que a criou "sem o pai", ia ficando clara ao decorrer da entrevista.

Minha bisavó, MEG , viúva, com duas filhas pequenas (minha avó e sua irmã I), casou-se novamente. Contudo, maltratada pelo marido, anos mais tarde decidiu abandoná-lo –

atitude que, na época, condenava a mulher pelo resto de sua vida. Mudou-se de Pirajuí para Pompéia com minha avó já com 13 anos e I com 18, prestes a casar. Sob o estigma de "mulher largada", restou a prestação de serviços como doméstica "em casas de família" – segundo vó Mr, mulheres que carregavam esse rótulo enfrentavam grandes problemas sociais, como o de não conseguir emprego: para ela, sua mãe só conseguiu trabalhar como doméstica porque já tinha duas "filhas criadas", o que demonstrava um determinado grau de responsabilidade, uma vez que a maioria das mulheres que deixavam o casamento sem ter nenhum outro homem disposto a assegurá-la, segundo ela, recorria às casas de prostituição como uma alternativa à sobrevivência. Tempos depois MEG assumiu uma relação com um viúvo - antigo amigo de seu marido falecido, pai de minha avó – mas nunca pôde se casar com ele, já que legalmente ainda estava casada. Com ele teve mais uma filha, a A.

Quando interrogada sobre como era a vida das mulheres minha avó respondeu:

> *As mulher não tinha vez. As mulher podia apanhar do marido que elas não podia reclamar, nem largar. Elas tinha que agüentar.*
> *[...]*
> *Se uma mulher caísse no erro, o marido podia até matar, que ele estaria limpando a honra dele. E se uma moça caísse no erro, os pais podia não aceitar mais ela.* (Mr., 82 anos)

Interessante, nessa fala, a diferenciação que ela faz entre os termos "mulher" e "moça", utilizando o primeiro para a casada e o segundo para a solteira. De certo modo, essa distinção lingüística expressa o *status* de uma mulher. Parece-me que o "casar-se" é o que faz de uma mulher, "mulher": enquanto uma mulher não cumprir sua função social de ser esposa de algum homem, ela estaria fadada ao "moça", ou seja, seria uma mulher ainda em formação, incompleta; a "mulher" surgiria a partir do matrimônio, quando um homem (tanto o pai como o esposo) lhe concede a "maioridade", ou a completude. Pedi então que ela me falasse sobre suas lembranças de quando era "moça" e como, na época, eram as relações amorosas:

> *Eu fui feliz... Todo sábado tinha baile.*
> *Ali nós dançava, se divertia... Mas era tudo com respeito. Não tinha esse negócio de beijo, esse negócio de abraço. Não podia nem pegar na mão. A moça ficava pra cá e a rapaziada toda pra lá. Os homens não se misturavam com as mulheres. Aí quando tocava a música eles vinham e chamava... Cada um chamava uma dama pra dançar. Tocava aquela música toda. E assim passava a noite.*
> *Às vezes eles colocavam república: colocava um lenço em cima da barraca, um lencinho, aí era república. Aí era a vez das moças escolher o rapaz pra dançar. Aquele um que ela gostava de dançar mais e que tinha mais amizade.*

> *Paquerar era assim: se você gostava de um rapaz, você ficava de olho nele. Aí, se ele correspondia o seu olhar, olho por olho os dois, aí então já sabia: sabia que ela gostava dele e ele gostava dela. Aí ia pegando amizade, conversando. Aí às vezes chegava no baile e na primeira música ele já chamava ela. Quando punha república, a primeira música ela já chamava ele. Aí eles se abriam, né? Ele pedia ela em namoro, ela aceitava. Ficavam namorando uns tempos e tal. E quando ela via que estava gostando dele mesmo e ele dela, aí ela pedia pra ele ir na casa dela.*
> [...]
> *Quando a gente tava dançando com aquele rapaz que a gente gostava... Nossa! Era a maior felicidade. A gente ficava nas nuvens.*
> [...]
> *Não existia essa curriola de hoje... Quando casava era "até que a morte nos separe"*. (Mr, 82 anos)

Por essa fala de minha avó podemos ilustrar bem o sonho romântico presente no imaginário feminino de sua época[7]: o relato é permeado por representações coletivas que se desdobram entre os ideais de masculino, de feminino e do próprio romance. Uma "moça", como minha avó, esperava ver realizado o sonho de encontrar um *Príncipe Encantado*:

> *Eu imaginava em casar com um rapaz... Com um príncipe encantado. Que eu gostasse bastante dele. Que ele fosse amoroso, carinhoso. Eu não pensava em fortuna, em riqueza. Eu só pensava na boa convivência, em ter filhos com saúde. Tinha que ter paz, alegria e felicidade dentro de casa. Era o que eu desejava.* (Mr., 82 anos).

A relevância desse ideal romântico surpreendeu-me quando, ao contrário de que esperava, todas as mulheres *Xs* alçaram-no como sonho e/ou objetivo de suas vidas. Apesar das formas de relacionamento se modificarem a cada geração, para as mulheres da minha família, a intenção de relacionar-se sempre permaneceu – por mais que o *como* relacionar-se tenha se transformado ao longo do tempo, o desejo de viver um romance manteve-se inalterado. A dimensão tomada por tal ideal é visível quando comparamos os *sonhos* de minhas mulheres:

> *É... Casar com um príncipe, né? Que a gente sonha. Ter uma vida tranqüila. Igual a gente sonha, né? A gente brinca de casinha e não é tudo direitinho? A gente sonha isso, né?* (MI, 56 anos)

[7] Demonstrado pelo estudo acerca das revistas femininas da década de 50 feito por Carla Bassanezi. In. BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.), *História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Editora Unesp, 2001.

> *Hoje eu acredito no casamento. Acredito que um homem pode amar uma mulher e ser fiel a ela.* (V., 29 anos)

> *Naquela época, filha mulher nascia pra casar e vivia a vida inteira com o marido.* (O., 58 anos)

> *Ele* [o seu pai] *falou que eu só ia poder namorar depois dos 18. Daí eu falei: pára!* (J., 12 anos)

> *Eu queria um companheiro. Um que ouve na hora que você quer falar, mesmo se pra ele for bobeira, não é? Divertido, carinhoso.* (P., 29 anos)

Era comum também esse sonho romântico ser expresso paralelamente ao ideal de marido (como na fala acima citada da Patrícia) ou então, atrelado ao ideal de felicidade:

> *Não via a hora de casar. Principalmente pela cobrança de todo mundo*.[...] *A palavra 'felicidade' está dentro de um coração onde inclui marido, mulher, casa, filhos, que é uma família. Família e a palavra 'felicidade' estão sempre juntas. Eu não me vejo sozinha, feliz.* (Ma., 35 anos)

> *Meu maior sonho era o sonho romântico. Era ser feliz.* (C., 42 anos)

Ser feliz significava ser feliz no casamento.

Saltou então aos meus olhos a preeminência do ideal de casamento que estava dada, pelo menos desde a década de 50, nos "anos dourados" (BASSANEZI, 2001), como o fim último de uma "moça de família". Mas em que consiste a "moça de família"? Elas respondem:

> *Aí um dia ele* [meu avô, enquanto eles namoravam] *me pediu um beijo.Eu disse: se suas intenção são essa, procura teu rumo, que eu procuro o meu. Porque daqui não sai beijo não.*
> [...]
> *Tinha que ser bem comportada. Não ser uma moça risonha, uma moça atirada.* (Mr., 82 anos)

> *Eu ainda fui criada pra casar. Hoje, analisando, eu me dou conta disso: que fui criada pra casar. Minhas irmãs não estudaram, os cursos que elas fizeram foi de corte & costura.* [...] *O que contava era a parte moral.* (C., 42 anos)

> *Ele* [o rapaz em busca de uma "moça de família"] *tem que ver uma menina que com 15 anos beijou metade do seu bairro, beijou todos os amigos dele, entendeu?*

Ele não quer isso. Ele não vai querer ter um caso sério com uma menina que todo mundo beijou. (Me., 17 anos)

Moça direita era aquela que não anda com certas liberdades com o namorado. Não vai além dos limites. Então, era moça direita. (MI, 56 anos)

Aquelas moças que não tem opinião, que seja tapada. Que tenha ela em casa e saia com as outras. (V., 29 anos)

Andar bem comportada. [...] *Uma moça não podia ter nada com um rapaz antes de casar. Porque senão, se ele não casasse com ela, nenhum mais casava*.[...] *A gente foi criada pra isso. Mulher não tinha muito direito.* (O., 58 anos)

Na época mãe solteira... Quanto eu fui mãe solteira, foi um choque. Então não presta, não serve pra casar. (Ma., 35 anos)

Tem que ser aquela mulher, vamos dizer, quietinha, que quase nunca namorou. Vamos supor: aquela mulher que vive na gandaia, que vive bebendo, que sai com um, sai com outro, é pra curtir. Aquela que é mais caseira, namora pouco, é pra casar. (Ma., 28 anos)

Eles querem a que sabe levar, passar, fritar ovo, fazer comida. Tudo bonitinho. Ficar ali a disposição. Só no "amém". É a mulher que eles querem... (P., 29 anos)

Tem umas meninas que querem ficar com um monte. Tem outras que não, que é séria. (J., 12 anos)

Patrícia não foi a primeira que, ao ser questionada sobre o perfil da "moça de família", inicia seu raciocínio com um "eles querem" (O. e Me também direcionaram suas respostas ao "ele"). Esse pensamento expressa a representação de como, nas relações afetivas e maritais, é o homem que detém o poder de iniciativa.

A gente nunca tomava iniciativa. (C., 42 anos)

As "moças de família" seriam, então, aquelas que desempenhariam bem os papéis e as regras socialmente impostas a uma moça. Aspectos dessas regras variaram durante as gerações, passando da proibição de qualquer toque entre um "rapaz" e uma "moça", pela interdição da relação sexual antes do casamento, até hoje, uma espécie de limitação quantitativa de relações amorosas por qual uma moça pode passar antes de ficar "mal falada" (expressa por M. e J.), além daquelas orientações de etiqueta, volume e entonação da voz,

postura corporal e censura a palavras consideradas obscenas, que perduraram. Em todo caso, cabe sempre à mulher seguir essas regras sociais, ou seja, é sempre a moça que deve "se dar o respeito", uma vez que os rapazes – naturalmente –, sempre estarão querendo "avançar o sinal" (BASSANEZI, 2001). Resumidamente, a "moça de família" era aquela que estaria socialmente preparada e aceita para condição de futura esposa. As moças que melhor desempenhassem essas regras seriam aquelas que teriam os melhores casamentos, já que os "melhores partidos" masculinos eram exigentes quanto à conduta de sua futura companheira.

> Pois, segundo a regra, em última instância, eram os homens quem as escolhiam e, com certeza, procuravam para a esposa uma pessoa recatada, dócil, que não lhes trouxesse problemas – especialmente contestando o poder masculino – e que se enquadrasse perfeitamente nos padrões da *boa moral* (BASSANEZI, 2001, p.612, grifo da autora).

Conseguir um "bom casamento" era responsabilidade da moça e, portanto, caso "saísse da linha", ela seria penalizada: não casando com um "bom partido" ou, o que seria pior, não casando. Essa idéia está representada na fala acima de Ma.. Mãe solteira, ela sofria uma cobrança maior ainda em casar-se, pois o fato de ter um filho sujava o histórico de uma "moça de família".

> A mulher que não seguisse *seus* caminhos, estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que as outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. [...] E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como o "objetivo" de vida de todas as jovens solteiras. (BASSANEZI, 2001, pp.609-610, grifo da autora).

A esperança em realizar seus sonhos românticos era o que fazia com que essas mulheres seguissem rígidas normas de comportamento: pondo muitas vezes suas vontades e opiniões de lado para conservarem-se como "moças de família".

Se você tem vontade, você tem que guardar. (P., 29 anos)

Conclusões

Após refletir sobre as respostas obtidas nas entrevistas percebo que, apesar do tom repressor das normas sociais que regem o comportamento das "moças de família" e das dificuldades em segui-las – como elucida Patrícia acima – foi desenvolvido um complexo mecanismo educacional para adequar àquelas mulheres a um ideal de feminilidade: minhas dez "moças de família" ilustram como esse processo de socialização e educação familiar

transmitiu, de mãe para filha, o mesmo desejo de atingir tal ideal. Articulando representações coletivas de sonhos românticos e de *mulheres perfeitas*[8] que realizaram esses sonhos, "as moças de família" demonstraram ser estimuladas ao desejo de viver um conto de fadas, como o de Cinderela.

O conto popular da Gata Borralheira, em 1697 apropriada por Charles Perrault, constrói uma imagem feminina que em muito se assemelha a "moça de família". Cinderela, além de possuir os atributos esteticamente ideais para uma mulher – "era a doçura em pessoa, e de uma bondade exemplar" (ABRAMOWICZ, 2007) – é também um exemplo de feminilidade: meiga, passiva, generosa, complacente e bondosa[9]. Ao contrário de suas *irmãs* (as duas filhas de sua madrasta), Cinderela porta as principais características esperadas de uma "moça de família" e por isso é recompensada com um príncipe e um bom casamento. O ícone feminino dos contos de fada – eternizado em 1950 pela animação cinematográfica de Walt Disney – no fundo é a metáfora de nossas "moças de família", pois assim como elas, Cinderela só conquistou o "felizes para sempre" a partir do casamento com o príncipe encantado que, vislumbrado frente à personificação de todos os ideais femininos, escolheu-a como esposa. Minhas "moças de família" podem ser consideradas eternas Cinderelas: mulheres que dedicaram – e dedicam – suas vidas a um ideal feminino de generosidade, complacência e subserviência, em prol da realização do sonho romântico de encontrarem, ou melhor, de serem encontradas por seus príncipes encantados.

> Assim, durante anos e anos ouvimos os contos de fadas em que a mulher, depois de um longo percurso de submissão, é contemplada finalmente com um príncipe, que lhe é uma graça consentida, e um casamento, para que dali em diante possa ser feliz. [...] São modelos de sociedade que se impõem com uma imagem tradicional da família e a promessa de um lar, com valores, formas de condutas, de felicidades e promessa de futuro, um único: o casamento. (ABRAMOWICZ, 2007)

Dentre tantas reflexões possíveis de serem feitas a partir desses relatos, procurei deter-me mais especificamente ao que as mulheres X tinham a dizer sobre seus *sonhos de Cinderela*: através do fascínio e envolvimento com o ideal de casamento, reproduzido por tal conto, que ultrapassa as barreiras geracionais de minha família, pude ver em minhas "moças de família" a imagem da clássica princesa, empenhada em calçar o sapatinho de cristal.

---

[8] Uma alusão pode ser feita ao filme "As Esposas de Stepford" de 1975 e dirigido pelo inglês Bryan Forbes e sua refilmagem de 2004 por Frank Oz sob o título "Mulheres Perfeitas", demonstrando o ideal de feminilidade em vigor no ocidente.

[9] Para uma discussão mais aprofundada no tema, ver MENDES, Marisa B. T. *O Significado das Funções Femininas nos Contos de Perrault*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p.92.

Eu me considero uma mulher que foi pra casar. (M., 28 anos)

Se, de acordo com o apresentado, um ideal feminino foi herdado por cada uma das gerações de mulheres de minha família criando entre elas um mesmo *padrão identitário* de gênero, questiono-me então, em que medida tal identidade - marcada principalmente por estereótipos sociais condicionante de papéis femininos e masculinos – fornece elementos constitutivos para minha própria identidade como mulher? E, considerando a provável continuidade dos ciclos geracionais da família X, quantas "moças de família" estão por vir? Até quando manteremos uma identidade de gênero análoga ao ideal de Cinderelas a espera de um príncipe encantado?

Referências

ABRAMOWICZ, Anete. Contos de Perrault, imagens de mulheres. *Cad. CEDES*, Campinas, v.19, n.45, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32621998000200000&Ing=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 Out 2007.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.), *História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos:* o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: procedimentos e possibilidades. *In. Desafio da pesquisa em Ciências Sociais*. LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo, org. e apres. São Paulo: CERU, 2001.

LARAIA, Roque Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 18. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

MENDES, Marisa B. T. *O significado das funções femininas nos contos de Perrault*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

MOORE, Henrietta. Understanding sex and gender. In: INGOLD, Tim. *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge, 1997.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *O que são direitos humanos das mulheres.* São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 321).

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n.16, v. 2, jul./dez., 1990.

SEGATO, Rita Laura. *A natureza do gênero na psicanálise e na antropologia*. In. Série Antropologia. Brasília: UNB, 1993.

WEBER, Max. *Ciência e política:* duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1989.

ARTIGO RECEBIDO EM 2008